



**Companhia Celg de Participações -
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS
Exercício findo em
31 de dezembro de 2015**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO					
CIRCULANTE					RECLASSIFICADO
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.690	100	72.943	85.085
Consumidores	4	-	-	7.267	5.582
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(193)	(172)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	61.771	31.888
Devedores diversos	5	-	59.454	61.186	96.810
Outros créditos	6/9.2.b	18	-	18	146
Estoques	7	-	-	2.212	4.128
Despesas antecipadas	-	-	-	172	174
Total do ativo circulante		1.708	59.554	205.376	223.641
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	169.405	191.297
Transações com Partes Relacionadas	29	229.898	222.355	117.080	109.537
Outros Créditos	6/9.2.b/18	-	-	15.451	1.989
Total do realizável a longo prazo		229.898	222.355	301.936	302.823
INVESTIMENTOS	9	385.565	348.080	103.939	104.752
IMOBILIZADO	10	6	11	30.744	32.917
INTANGÍVEL	11	-	-	1.032	756
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		615.469	570.446	437.651	441.248
TOTAL DO ATIVO		617.177	630.000	643.027	664.889

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECLASSIFICADO					
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	14/9.2.e	22	1	1.717	346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	6	-	1.087	711
Tributos e Contribuições Sociais	15	43	25	2.177	2.654
Obrigações Estimadas	16	47	-	2.277	1.428
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	3.341	3.324
Encargos Setoriais	17	-	-	4.973	1.924
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	466.100	-	466.100	-
Outros Credores	19	1.723	1.720	2.345	10.095
Total do Passivo Circulante		467.941	1.746	484.017	20.482
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.422.416	1.421.946	1.422.416	1.421.946
Empréstimos e Financiamentos	13	2.073.892	1.931.860	2.081.924	1.942.723
Provisões para Contingências	18.a	-	-	1.481	1.785
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	18.b	485	-	485	-
Outros Credores	19	-	1.720	261	5.225
Total do Passivo não Circulante		3.496.793	3.355.526	3.506.567	3.371.679
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(4.309.769)	(3.691.605)	(4.309.769)	(3.691.605)
Outros Resultados Abrangentes	20	(11.552)	(9.431)	(11.552)	(9.431)
Total do Patrimônio Líquido		(3.347.557)	(2.727.272)	(3.347.557)	(2.727.272)
TOTAL DO PASSIVO		617.177	630.000	643.027	664.889

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014
					RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	50.529	50.844
CUSTO OPERACIONAL	22				
Pessoal e Administradores		-	-	(14.920)	(12.628)
Materiais		-	-	(233)	(405)
Serviços de terceiros		-	-	(3.710)	(4.923)
Depreciação		-	-	(3.274)	(3.444)
Provisão/Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	(21)	23
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável		-	-	(3.660)	-
Provisão para Contingências		-	-	(280)	(338)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		-	-	(398)	(388)
Energia comprada para revenda		-	-	-	(4.212)
Recuperação de Custos		-	-	70	91
Tributos		-	-	(43)	(108)
Custo da Construção		-	-	(12.514)	(13.404)
Outros		-	-	(424)	(412)
		-	-	(39.407)	(40.148)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	11.122	10.696
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(2.026)	(1.718)	(22.199)	(17.438)
		(2.026)	(1.718)	(22.199)	(17.438)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(2.026)	(1.718)	(11.077)	(6.742)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	1.720	24.564	1.864	25.345
OUTRAS DESPESAS	22	(499.716)	(569.539)	(499.716)	(569.539)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(500.022)	(546.693)	(508.929)	(550.936)
RECEITAS FINANCEIRAS	26				
Rendas		7.656	1.625	25.159	10.171
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	10.353	4.620
Outras		1	-	428	2.680
		7.657	1.625	35.940	17.471
DESPESAS FINANCEIRAS	26				
Encargos de dívida		(142.032)	(31.895)	(142.724)	(40.525)
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	(789)	(3.294)
Outras		(1)	(33.562)	(294)	(34.474)
		(142.033)	(65.457)	(143.807)	(78.293)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(134.376)	(63.832)	(107.867)	(60.822)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		16.234	(2.498)	45	1.331
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(618.164)	(613.023)	(616.751)	(610.427)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		-	(29)	(1.413)	(2.625)
Contribuição Social		-	(9)	(379)	(699)
Imposto de Renda		-	(20)	(1.034)	(1.926)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(618.164)	(613.052)	(618.164)	(613.052)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(618.164)	(613.052)	(618.164)	(613.052)
RESULTADO POR AÇÃO	27				
Resultado por ação ordinária - básico		(18,861)	(18,705)	(18,861)	(18,705)
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,861)	(18,705)	(18,861)	(18,705)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		(18,861)	(18,705)	(18,861)	(18,705)
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,861)	(18,705)	(18,861)	(18,705)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(618.164)	(613.052)	(618.164)	(613.052)
Resultados Abrangentes	(2.121)	(9.431)	(2.121)	(9.431)
Outros Resultados Abrangentes	(1.636)	(9.431)	(1.636)	(9.431)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	(485)	-	(485)	-
Resultado Abrangente do Exercício	(620.285)	(622.483)	(620.285)	(622.483)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Ciríneu Dias.

Membros: Simão Ciríneu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sôter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(613.052)	-	(613.052)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(9.431)	(9.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	-	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(613.052)	-	(613.052)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(9.431)	(9.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.764	(3.691.605)	(9.431)	(2.727.272)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(618.164)	-	(618.164)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(1.636)	(1.636)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	-	-	(485)	(485)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	31/12/2015	31/12/2014 RECLASSIFICADO	31/12/2015	31/12/2014 RECLASSIFICADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	54.019	51.620
Outros Recebimentos	8	-	8	-
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(537)	(715)	(14.465)	(11.900)
- Salários e Encargos	(1.374)	(1.037)	(30.655)	(25.450)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(30)	(55)	(1.901)	(1.317)
- Tributos	(13)	(83)	(22.594)	(12.294)
Resultado Financeiro	112	(35.653)	25.093	(25.030)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.834)	(37.543)	9.505	(24.371)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(41.910)	(21.056)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(7.900)	-	-	-
- Integralização de Capital em Controlada e Coligada	(48.600)	(1.680.700)	-	(1.680.700)
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	59.454	-	59.454	-
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	25.122	28.263
- Recebimento de Dividendos	-	-	461	1.197
- Créditos com Controlada e Coligada	-	(219.300)	-	(219.300)
- Outros	-	-	(13.339)	(4.354)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	2.954	(1.900.000)	29.788	(1.895.950)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	470	37.835	470	37.835
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	(198)	(3.305)	(3.320)
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	1.900.000	-	1.900.000
- Empréstimos Concedidos - Coligada	-	-	(48.600)	-
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	470	1.937.637	(51.435)	1.934.515
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.590	94	(12.142)	14.194
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	100	6	85.085	70.891
Saldo final de Caixa e Equivalentes	1.690	100	72.943	85.085
	1.590	94	(12.142)	14.194

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				RECLASSIFICADO
Receita Operacional		-	-	56.288	46.004
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	12.514	13.404
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(22)	23
Outros Resultados		(497.996)	(544.975)	(497.996)	(544.287)
		(497.996)	(544.975)	(429.216)	(484.856)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		403	516	20.826	26.364
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos		-	-	3.660	-
Outros Custos Operacionais		125	97	1.539	2.490
		528	613	26.025	28.854
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	(498.524)	(545.588)	(455.241)	(513.710)
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		-	(40)	-	(40)
Depreciação, amortização e exaustão		2	3	3.287	3.466
		2	(37)	3.287	3.426
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	(498.526)	(545.551)	(458.528)	(517.136)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		7.657	1.625	36.775	17.486
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	175	231
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		16.234	(2.498)	45	1.331
		23.891	(873)	36.995	19.048
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	(474.635)	(546.424)	(421.533)	(498.088)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	1.411	1.061	26.154	25.552
GOVERNO	9	85	110	26.670	11.119
FINANCIADORES	10	142.033	65.457	143.807	78.293
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	(618.164)	(613.052)	(618.164)	(613.052)
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	(474.635)	(546.424)	(421.533)	(498.088)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2014
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
<u>COLIGADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>49 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA COLIGADA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

As ações de emissão da Celg D, na proporção de 51% (cinquenta e um por cento) dessas, nos termos do Inciso I e Parágrafo único, do art. 253, da Lei nº 6.404/76, foram alienadas pela Celgpar, segundo condições divulgadas ao Mercado, por intermédio dos Avisos aos Acionistas, de 23 de setembro, 21 de outubro, e 6 e 18 de novembro de 2014.

Assim sendo, verifica-se que do total das ações de emissão da Celg D, representadas por 150.711.576 (Cento e cinquenta milhões, setecentas e onze mil, e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, parcela equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) foi objeto de alienação pela Celgpar.

A alienação destas ações da Celg D ocorreu no prazo do exercício do Direito de Preferência, período entre 23 de setembro e 30 de outubro de 2014, e, também, no prazo de aquisição de sobras de ações: primeiro rateio, entre 6 e 12 de novembro de 2014; e segundo rateio de sobras, entre 18 e 24 de novembro de 2014.

Desta forma, e após esta alienação, a Celgpar permaneceu com uma participação de 49% (quarenta e nove por cento) do total das ações de emissão da Celg D, mediante a propriedade de 73.848.672 (setenta e três milhões, oitocentas e quarenta e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações ordinárias. Nos termos da

NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), especificamente nos itens 3, 5, e 6, a participação acionária da Celgpar na Celg D, após este processo de alienação, configura-se como uma participação acionária em Sociedade Coligada. A liquidação financeira de toda esta operação de troca de controle acionário ocorreu no dia 27 de janeiro de 2015.

Com relação ao percentual de alienação de 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Celg D, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, e duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Celg D, passando à situação de Controladora em proporção acionária e, por sua vez, mantendo a sua condição anterior de preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D – vinculado ao acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo de Goiás, a Eletrobras e a Celgpar.

Por sua vez, a Bovespa, na condição de proprietária fiduciária, adquiriu 100.833 (cem mil e oitocentas e trinta e três) ações ordinárias de emissão da Celg D, equivalente a 0,07% (sete centésimos por cento) no cômputo total das ações, em nome de 16 (dezesesseis) investidores.

A Coligada CELG Distribuição S.A. - Celg D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Coligada detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.801.331 consumidores, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Coligada e o acionista majoritário, o qual permaneceu com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, tendo a sua prorrogação sido consignada por meio do Quinto Termo Aditivo, assinado em 29 de dezembro de 2015 (Ver Nota Explicativa nº. 31-b – Outras Informações), conforme previsto na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A ANEEL editou em 8 de setembro de 2015 a Resolução Homologatória nº. 1.947, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Coligada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 6,89% (seis inteiros e oitenta e nove centésimos por cento), a partir de 12 de setembro de 2015. O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Coligada Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos ¹	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambai ²	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito ³	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo ⁴	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

¹ Apesar da concessão estar vencida, a Controlada CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Controlada CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O Ministério de Minas e Energia – MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão desta concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação (Ver Nota 31.c).

² A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambai II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

³ A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

⁴ A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a Controlada CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016 para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 31-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambai; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
02/2016	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAP desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As Demonstrações Financeiras da Controladora, de sua Controlada e Coligada são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.
- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Coligada são as seguintes:

- a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPARGT e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa coligada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e coligada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT

foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na coligada Celg D foi ajustado pela equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras consolidadas à razão percentual de 49% (quarenta e nove por cento), incluindo os respectivos ajustes, quando cabíveis, na provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária.

- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2015, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua Coligada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Coligada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

g. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

h. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

i. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e coligada, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados

pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

j. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 – R3 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

k. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício.

l. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, Controlada e Coligada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

m. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2015 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

n. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Coligada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

o. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Coligada, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 (Contratos de Construção) e NBC TG 30 (Receitas), mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

p. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e coligada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

q. PIS e COFINS

Na Coligada Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício.

s. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos

incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, de sua controlada e de sua coligada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua coligada.

2.1 Reclassificação da Posição Consolidada em 31.12.2014

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um novo documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Para efeito de comparabilidade das Demonstrações Financeiras de 31.12.2015, no que concerne à posição patrimonial e de resultado, com a posição encerrada em 31.12.2014, a Controlada Celg GT efetuou reclassificações vinculadas à adequação ao plano de contas do setor elétrico. Estas reclassificações, por sua vez, influenciaram nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2014, anteriormente apresentadas pela Celgpar. Neste sentido, apresentamos abaixo as mutações ocorridas entre as posições patrimoniais e de resultado, e seus reflexos no Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstração do Valor Adicionado.

- Reclassificações ocorridas no Balanço Patrimonial Consolidado de 31.12.2014:

		CONSOLIDADO - IFRS		CONSOLIDADO-IFRS
	NE	31/12/2014	RECLASSIFICAÇÕES	31/12/2014
RECLASSIFICADO				
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	85.085	-	85.085
Consumidores	4	4.506	1.076	5.582
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	(172)	-	(172)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	31.888	-	31.888
Devedores diversos	5	96.936	(126)	96.810
Transações com Partes Relacionadas	29	2.821	(2.821)	-
Outros créditos	6/9.2.b	146	-	146
Estoques	7	4.128	-	4.128
Despesas antecipadas	-	174	-	174
Total do ativo circulante		225.512	(1.871)	223.641
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	191.297	-	191.297
Transações com Partes Relacionadas	29	109.537	-	109.537
Outros Créditos	6/9.2.b/18	118	1.871	1.989
Total do realizável a longo prazo		300.952	1.871	302.823
INVESTIMENTOS				
IMOBILIZADO	9	104.752	-	104.752
INTANGÍVEL	10	32.917	-	32.917
	11	756	-	756
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		439.377	1.871	441.248
TOTAL DO ATIVO		664.889	-	664.889
		31/12/2014	RECLASSIFICAÇÕES	31/12/2014
RECLASSIFICADO				
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	14/9.2.e	346	-	346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.939	(1.228)	711
Tributos e Contribuições Sociais	15	5.286	(2.632)	2.654
Obrigações Estimadas	16	1.846	(418)	1.428
Empréstimos e Financiamentos	13	3.324	-	3.324
Encargos Setoriais	17	1.924	-	1.924
Transações com Partes Relacionadas	29	21	(21)	-
Outros Credores	19	8.846	1.249	10.095
Total do Passivo Circulante		23.532	(3.050)	20.482
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.421.946	-	1.421.946
Empréstimos e Financiamentos	13	1.942.723	-	1.942.723
Provisões para Contingências	18.a	1.785	-	1.785
Outros Credores	19	2.175	3.050	5.225
Total do Passivo não Circulante		3.368.629	3.050	3.371.679
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital realizado	20	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	20	(3.691.605)	-	(3.691.605)
Outros Resultados Abrangentes	20	(9.431)	-	(9.431)
Total do Patrimônio Líquido		(2.727.272)	-	(2.727.272)
TOTAL DO PASSIVO		664.889	-	664.889

- Reclassificações ocorridas na Demonstração de Resultados de 31.12.2014:

	NE	CONSOLIDADO - IFRS	RECLASSIFICAÇÕES	CONSOLIDADO - IFRS
		01/01/2014 - 31/12/2014		01/01/2014 - 31/12/2014 RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	52.083	(1.239)	50.844
CUSTO OPERACIONAL	22			
Pessoal e Administradores		(12.345)	(283)	(12.628)
Entidade de Previdência Privada		(284)	284	-
Materiais		(380)	(25)	(405)
Serviços de terceiros		(4.923)	-	(4.923)
Depreciação		(3.444)	-	(3.444)
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa		23	-	23
Provisão para Contingências		-	(338)	(338)
Taxa de Fiscalização		(162)	162	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		-	(388)	(388)
Energia comprada para revenda		(4.212)	-	(4.212)
Recuperação de Custos		91	-	91
Tributos		(111)	3	(108)
Custo da Construção		(13.404)	-	(13.404)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos		(296)	296	-
Outros		(1.159)	747	(412)
		(40.606)	458	(40.148)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		11.477	(781)	10.696
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	22	(17.511)	73	(17.438)
		(17.511)	73	(17.438)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(6.034)	(708)	(6.742)
OUTRAS RECEITAS	21.3.2	24.564	781	25.345
OUTRAS DESPESAS	22	(569.539)	-	(569.539)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(551.009)	73	(550.936)
RECEITAS FINANCEIRAS	26			
Rendas		13.642	(3.471)	10.171
Variações Monetárias e Cambiais		3.802	818	4.620
Outras		42	2.638	2.680
		17.486	(15)	17.471
DESPESAS FINANCEIRAS	26			
Encargos de dívida		(40.526)	1	(40.525)
Variações Monetárias e Cambiais		(3.659)	365	(3.294)
Outras		(34.064)	(410)	(34.474)
		(78.249)	(44)	(78.293)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(60.763)	(59)	(60.822)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		1.345	(14)	1.331
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(610.427)	-	(610.427)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(2.625)	-	(2.625)
Contribuição Social		(699)	-	(699)
Imposto de Renda		(1.926)	-	(1.926)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(613.052)	-	(613.052)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(613.052)	-	(613.052)
RESULTADO POR AÇÃO	27			
Resultado por ação ordinária - básico				
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,705)	-	(18,705)
		(18,705)	-	(18,705)
OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Resultado por ação ordinária - básico				
Resultado por ação ordinária - diluído		(18,705)	-	(18,705)
		(18,705)	-	(18,705)

- Reclassificações ocorridas na Demonstração do Valor Adicionado de 31.12.2014:

	REF.	CONSOLIDADO-IFRS 31/12/2014	RECLASSIFICAÇÕES	CONSOLIDADO-IFRS 31/12/2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1			RECLASSIFICADO
Receita Operacional		60.268	(14.264)	46.004
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	13.404	13.404
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa		23	-	23
Outros Resultados		(544.975)	688	(544.287)
		<u>(484.684)</u>	<u>(172)</u>	<u>(484.856)</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		8.205	18.159	26.364
Outros Custos Operacionais		20.852	(18.362)	2.490
		<u>29.057</u>	<u>(203)</u>	<u>28.854</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>(513.741)</u>	<u>31</u>	<u>(513.710)</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4			
Provisões Operacionais		(40)	-	(40)
Depreciação, amortização e exaustão		3.466	-	3.466
		<u>3.426</u>	<u>-</u>	<u>3.426</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>(517.167)</u>	<u>31</u>	<u>(517.136)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6			
Receitas Financeiras		17.486	-	17.486
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	231	231
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		1.345	(14)	1.331
		<u>18.831</u>	<u>217</u>	<u>19.048</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>(498.336)</u>	<u>248</u>	<u>(498.088)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	8	<u>25.279</u>	<u>273</u>	<u>25.552</u>
GOVERNO	9	<u>11.188</u>	<u>(69)</u>	<u>11.119</u>
FINANCIADORES	10	<u>78.249</u>	<u>44</u>	<u>78.293</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	<u>(613.052)</u>	<u>-</u>	<u>(613.052)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>(498.336)</u>	<u>248</u>	<u>(498.088)</u>

- Reclassificações ocorridas na Demonstração do Fluxo de Caixa de 31.12.2014:

	CONTROLADORA - BR GAAP			CONSOLIDADO - IFRS		
	31/12/2014	RECLASSIFICAÇÕES	31/12/2014 RECLASSIFICADO	31/12/2014	RECLASSIFICAÇÕES	31/12/2014 RECLASSIFICADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Recebimentos:						
Recebimentos de Clientes	-	-	-	51.620	-	51.620
Pagamentos:						
- Fornecedores	(715)	-	(715)	(11.900)	-	(11.900)
- Salários e Encargos	(1.037)	-	(1.037)	(25.450)	-	(25.450)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(55)	-	(55)	(1.317)	-	(1.317)
- Tributos	(83)	-	(83)	(12.294)	-	(12.294)
Resultado Financeiro	(35.653)	-	(35.653)	(25.030)	-	(25.030)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(37.543)	-	(37.543)	(24.371)	-	(24.371)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	-	(21.056)	-	(21.056)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	37.835	(37.835)	-	37.835	(37.835)	-
- Integralização de Capital em Controlada e Coligada	(1.680.700)	-	(1.680.700)	(1.680.700)	-	(1.680.700)
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	-	28.263	-	28.263
- Recebimento de Dividendos	-	-	-	1.197	-	1.197
- Créditos com Controlada e Coligada	(219.300)	-	(219.300)	(219.300)	-	(219.300)
- Outros	-	-	-	(4.354)	-	(4.354)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	(1.862.165)	(37.835)	(1.900.000)	(1.858.115)	(37.835)	(1.895.950)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	37.835	37.835	-	37.835	37.835
- Pagamentos de Serviço da Dívida	(198)	-	(198)	(3.320)	-	(3.320)
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.900.000	-	1.900.000	1.900.000	-	1.900.000
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	1.899.802	37.835	1.937.637	1.896.680	37.835	1.934.515
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	94	-	94	14.194	-	14.194
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	6	-	6	70.891	-	70.891
Saldo final de Caixa e Equivalentes	100	-	100	85.085	-	85.085
	94	-	94	14.194	-	14.194

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às seguintes aplicações: a) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – SICOOBJURISCREDCELG, na modalidade RDC – Longo Pós CDI; b) Caixa Econômica Federal – CAIXA, na modalidade CDB FLEX Empresarial; c) Banco Itaú S.A., em fundos de investimento; d) Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., em CDB; e e) Banco Bradesco S.A., em CDB. Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado, e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários a vista	2	66	104	143
Aplicações financeiras de curto prazo	1.688	34	72.839	84.942
TOTAL	1.690	100	72.943	85.085

NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014 RECLASSIFICADO
<u>CIRCULANTE</u>		
Concessionárias		
- Suprimento	400	1.858
- Encargos de uso da rede elétrica	6.418	3.724
- Energia Elétrica de Curto Prazo	449	-
Total	7.267	5.582
TOTAL CIRCULANTE	7.267	5.582

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2015					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2015	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2015	SALDO 31/12/2015
Suprimento	390	-	10	400	-	400
Encargos Uso Rede Elétrica	6.073	79	266	6.418	-	6.418
Energia Elétrica de Curto Prazo	449	-	-	449	-	449
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(193)	(193)
TOTAL DO CIRCULANTE	6.912	79	276	7.267	(193)	7.074

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2014					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2014	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2014	SALDO 31/12/2014
Suprimento	1.841	5	12	1.858	-	1.858
Encargos Uso Rede Elétrica	3.458	32	234	3.724	-	3.724
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(172)	(172)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	5.299	37	246	5.582	(172)	5.410
TOTAL DO CIRCULANTE	5.299	37	246	5.582	(172)	5.410

- a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2014	172
Provisão no exercício	21
Saldo em 31 de dezembro de 2015	193

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
				RECLASSIFICADO
CRÉDITOS FISCAIS				
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	4.123	1.432
CSLL - Antecipação do Tributo Anual	-	-	246	-
CSLL Retida na Fonte	-	-	113	-
Outros Tributos Federais	-	-	241	-
Outros Tributos Municipais	-	-	7	6
SUBTOTAL	-	-	4.730	1.438
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS				
Celg Distribuição S.A. - Celg D (c)	-	-	49.110	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a) (b)	-	59.454	5.986	94.898
Outros	-	-	1.360	474
SUBTOTAL	-	59.454	56.456	95.372
TOTAL GERAL	-	59.454	61.186	96.810

(a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8;

(b) Valor referente ao montante devido e pago pela Eletrobras à Celgpar, decorrente do processo de alienação de 50,93% das ações ordinárias da Celg Distribuição S.A. - Celg D;

(c) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entre a Controlada Celg GT e a Coligada Celg D, objetivando a concessão de empréstimo para quitação de encargos setoriais da Coligada Celg D.

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Titulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	12.996	-	-
Cauções e Depósitos Vinculados a Litígio	18	-	-	-	18	964	146	118
Imposto de Renda - diferenças temporárias	-	-	-	-	-	162	-	-
Contribuição Social - diferenças temporárias	-	-	-	-	-	58	-	-
PIS Diferido	-	-	-	-	-	-	-	107
COFINS Diferida	-	-	-	-	-	-	-	493
Outros Créditos	-	-	-	-	-	1.271	-	1.271
TOTAL	18	-	-	-	18	15.451	146	1.989

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Estoques	2.212	4.128
TOTAL	2.212	4.128

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 31-C

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos após a renovação desta concessão:

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>CIRCULANTE</u>		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	61.771	31.888
TOTAL CIRCULANTE	61.771	31.888
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	28.980	50.872
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (d)	140.425	140.425
Ativo Financeiro - Concessões Indenizadas (a)	73.638	73.638
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável (b)	(73.638)	(73.638)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	169.405	191.297
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>231.176</u>	<u>223.185</u>

(a) Indenização sendo paga pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, conforme Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 5;

(b) Conforme Item 12.1-alínea 54 do Anexo ao Despacho Aneel Nº 155, de 23 de janeiro de 2013.

(c) Refere-se a Bens Reversíveis dos Ativos de Transmissão que se encontram em curso;

(d) Refere-se a Concessões a serem indenizadas, referente a ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE e RPC), das concessionárias de transmissão de energia elétrica que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº. 12.783/2013.

A Resolução Normativa Aneel nº. 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. Os critérios de cálculo, para estes fins, utilizarão o Item 7 do Submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, tendo sido estabelecido que cada concessionária deveria contratar uma empresa credenciada junto à ANEEL para elaborar um laudo de avaliação que contemplará estes ativos, com vistas a se obter o respectivo VNR, procedimento este efetuado pela Controlada Celg GT. O cronograma destes serviços informado à ANEEL previa a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013, tendo sido solicitada a prorrogação deste prazo pela Controlada junto ao órgão regulador e obtida a respectiva anuência, tendo a entrega ocorrido no dia 31 de julho de 2015. Tomando por base os valores avaliados, confirmou-se o entendimento da administração acerca do respectivo banco de preços, que não apresentou descolamento relevante dos valores consignados na Contabilidade da Controlada Celg GT. Desta forma, os possíveis indicativos de *impairment* foram avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, culminando com a apresentação e formalização do laudo junto ao órgão regulador. Desta forma, permanece agora a Controlada Celg GT no aguardo do processo de finalização da fiscalização do referido laudo por parte da ANEEL, para a definição dos valores de indenização destes ativos. Observa-se, por sua vez, que o teste de *impairment* destes ativos na data base de 31 de dezembro de 2015, comparando-se o valor contábil com o respectivo valor recuperável, fundamentado no valor em uso estimado pelos fluxos de caixa futuros, não indicou qualquer provisionamento para a redução ao valor recuperável destes ativos, o que veio a se confirmar no laudo entregue junto ao regulador.

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	297.132	7.009	(158)	1.140
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	(73.638)	-	-	-
(-) Obrigações especiais	(309)	-	-	-
Total	223.185	7.009	(158)	1.140

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação na Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D	-	35.250	-	35.250
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	377.663	312.829	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	7.900	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	1	31	14
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	60.050	58.529
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	3.002	1.858
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	17.351	3.085
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	14.697	4.029
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	8.808	1.987
TOTAL	385.565	348.080	103.939	104.752

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

- (d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
TOTAL		100,0%

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

- (e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
TOTAL		100,0%

9.1 Investimentos em Controlada e Coligada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Coligada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA			
	COLIGADA		CONTROLADA	
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	
	CELG D		CELG GT	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social da Controlada/Coligada	3.475.679	3.475.679	378.325	329.725
Quantidade de Ações	150.711	150.711	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	49%	49%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada/Coligada	(951.224)	71.938	377.663	312.829
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	71.938	(1.029.792)	312.829	315.327
Aumento de Capital na Controlada/Coligada	-	1.680.700	48.600	-
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (b)	(1.019.822)	(569.539)	-	-
Outros Resultados Abrangentes (b)	(3.340)	(9.431)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada Celg GT (b)	-	-	16.234	(2.498)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada Celg GT e Coligada Celg D	-	35.250	377.663	312.829
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D (a)	(466.100)	-	-	-

(a) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo), em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 466.100 mil, comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2014 que encontrava-se com saldo zerado, em função do decréscimo justificado pelo Aumento de Capital efetuado pela Celgpar nesta Subsidiária no exercício social de 2014, objeto das tratativas de transferência de até 51% das ações desta à Eletrobras, conforme item 2.1.2 da Cláusula Segunda, da Promessa de Compra e Venda de Ações assinada em 26 de agosto de 2014.

(b) A Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D apresentou um prejuízo líquido de R\$ 1.019.822 mil (Ver Nota 9.2.j), e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT apresentou um lucro líquido de R\$ 16.234 mil ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

9.1.a - Investimentos em Coligada com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para Desvalorização da Participação na Coligada Celg D	466.100	-	466.100	-
TOTAL	466.100	-	466.100	-

9.2 Investimento na Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Coligada Celg D do montante consolidado na posição de 31 de dezembro de 2015, e por tratar-se de investimento relevante, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que afetaram o valor patrimonial do investimento efetuado nessa Coligada no exercício, sendo que estes não estão refletidos rubrica a rubrica nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar.

9.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

9.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e

conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, bem como a Resolução Homologatória Aneel nº. 1.613, de 5 de setembro de 2013.

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à Coligada Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Coligada encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução Normativa ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Coligada, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Coligada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Coligada Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

9.2.c – Outros Créditos – Estado de Goiás (Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – CELG D – FUNAC)

Por meio da Lei nº. 17.555, de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – Celg D – FUNAC, regulamentado pelo Decreto nº. 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos Termos de Acordos de Acionistas e de Gestão firmados com a Eletrobras, bem como no Termo de Cooperação do respectivo fundo. Observa-se que os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás.

Assim sendo, considerando que a Coligada Celg D será ressarcida por meio do FUNAC, à medida que ocorra algum registro de provisão relacionada a demandas judiciais, a Coligada registra, nos termos da NBC TG 25-R1 (Provisões, Passivos e Ativos Contingentes), o mesmo

valor no ativo em contrapartida de rubrica própria (Estado de Goiás – FUNAC – Decreto nº. 7.732, de 28.09.2012). Este montante representa a potencial obrigação do FUNAC, tendo em vista o total das ações interpostas contra a Coligada, provisionadas em função de probabilidade de perda provável, e registradas no Passivo Contingente.

9.2.d – Créditos Fiscais

A Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 114.723 mil.

9.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da Coligada Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O referido Termo foi aditivado em setembro de 2014, com cronograma de amortização da dívida em 48 parcelas mensais, vencíveis a partir de 30 de setembro de 2015;
- (b) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Coligada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a.

9.2.f – Encargos Setoriais

- (a) CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE: Refere-se às quotas mensais, conforme Resolução Homologatória nº. 1.857, de 27 de fevereiro de 2015;
- (b) PESQUISA & DESENVOLVIMENTO - P&D e PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida, sendo 0,5% em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e 0,5% em programa de eficiência energética;
- (c) PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS – PROINFA: Refere-se ao encargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso de redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos. O Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, assinado em 29 de junho de 2012, parcelou o montante em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo o saldo devedor atualizado mensalmente com base na variação da taxa SELIC pro rata die. O valor da parcela de amortização é calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo este termo aditivado prorrogando o prazo de início da amortização para 30 de setembro de 2015.

9.2.g – Energia comprada para Revenda

A Energia comprada para Revenda pela Coligada Celg D sofreu a interferência das seguintes variáveis, ocorrendo o respectivo incremento do montante adquirido:

- Exposição involuntária que forçou a compra no MCP (Mercado de Curto Prazo), com respectiva elevação do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças);
- A baixa hidrologia em 2015 resultou em um baixo armazenamento nos reservatórios, aumentando as despesas com os Encargos de Serviço do Sistema – ESS, e com o risco hidrológico das cotas de garantias físicas e de Itaipu. Além disto, outro fator contributivo se refere ao aumento dos custos na CCEE com a elevada quantidade de ações judiciais.

9.2.h – Debêntures

Em 3 de abril de 2014 a Coligada Celg D efetuou a primeira emissão de Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para a distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com vencimento em 3 de abril de 2019, e remuneradas pela variação da taxa de 100% do CDI, acrescida de 7,44% a.a. com base em um ano de 252 dias úteis. A continuidade da operação, nos prazos originalmente pactuados, foi condicionada à prorrogação, por mais 30 (trinta) anos, do Contrato de Concessão nº. 63/2000. Como essa condição não havia se confirmado até o dia 15 de junho de 2015, a Coligada Celg D resgatou antecipadamente a totalidade das debêntures em circulação, e, na sequência, efetuou nova operação de crédito no sentido de alongar as condições das suas obrigações perante a mesma instituição financeira, através da emissão de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.

9.2.i – Empréstimos e Financiamentos

A Coligada Celg D possui empréstimos relevantes remunerados pela variação de indexadores macroeconômicos, acrescidos de juros prefixados que variam de 0,3% a 1% ao mês, sendo que os indexadores representam fator de maior risco à Companhia, dado a sua volatilidade. Considerando que a maior parte da dívida está vinculada ao câmbio e ao CDI, esses indicadores são os que oferecem o maior risco ao resultado da Celg D.

9.2.j – Resultado do Exercício e Efeitos sobre o Patrimônio Líquido

Ao final do exercício social de 2015, o resultado apurado pela Coligada Celg D influenciou no fechamento do seu Patrimônio Líquido Negativo em R\$ 951.224 mil, comparativamente ao Patrimônio Líquido Positivo de R\$ 71.938 mil registrado no exercício social de 2014 (Ver Nota 9.1). Esta piora e, por sua vez, a apresentação de situação de Passivo a Descoberto nesta Coligada, ocorreu principalmente pelos seguintes itens:

- Variação cambial do contrato ECF 3002/2012, referente a dívida de Itaipu, que impactou a despesa financeira em R\$ 439 milhões (Ver Nota 31.h);

- Compensações financeiras DIC/FIC/DMIC, ou seja, ressarcimentos aos consumidores pela violação dos indicadores de continuidade, que totalizaram o incremento na despesa no montante de R\$ 121,7 milhões;
- Acréscimos nas despesas com pessoal, material e serviços de terceiros no montante de R\$ 90,2 milhões;
- Elevação nas despesas com depreciação/amortização no montante de R\$ 61,9 milhões; e
- Incremento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa na ordem de R\$ 75,7 milhões, em função dos incrementos tarifários ocorridos no exercício.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens. O valor recuperável destes ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	31/12/2015				31/12/2014
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	17	10,00%	(11)	6	11
TOTAL	17		(11)	6	11

DESCRIÇÃO	31/12/2015				31/12/2014
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	19.097	2,00%	(12.634)	6.463	7.150
Terrenos	273	0,00%	-	273	273
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	29.900	2,00%	(22.446)	7.454	9.135
Máquinas e Equipamentos	23.228	10,00%	(15.469)	7.759	8.672
Móveis e Utensílios	92	10,00%	(66)	26	35
Subtotal	72.590		(50.615)	21.975	25.265
Em curso:					
Geração	3.589	-	-	3.589	3.372
Administração Central	5.184	-	-	5.184	4.284
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)
Subtotal	8.769	-	-	8.769	7.652
TOTAL	81.359	-	(50.615)	30.744	32.917

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO				
	Depreciação				Depreciação				
	Saldos em 31/12/2014	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências		Saldos em 31/12/2015	
						Baixas	Mutações com Estoque Operacional		
					Recuperação de Custos				
Imobilizado em Serviço	26	(9)	-	17	28.743	-	(9)	-	28.734
(-) Depreciação	(15)	6	(2)	(11)	(3.478)	-	6	-	(6.759)
Obrigações Especiais	-	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
(-) Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em Serviço	11	(3)	(2)	6	25.261	-	(3)	-	21.971
Imobilizado em Curso	-	-	-	-	7.656	1.097	-	20	8.773
Total do Imobilizado	11	(3)	(2)	6	32.917	1.097	(3)	20	30.744

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 - R3 (Ativo Imobilizado), apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: R\$14.547 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 11 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2015 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Intangível em Curso	1.032	756
TOTAL	1.032	756

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/12/2015
Intangível em Curso	756	276	1.032
Total do Intangível	756	276	1.032

NOTA 12 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.422.416	1.421.946	1.422.416	1.421.946
TOTAL	1.422.416	1.421.946	1.422.416	1.421.946

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Coligada CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobrás e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Coligada Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Coligada em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis

milhões, seiscenas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2015 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305 mil.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

CONTROLADORA						
DESCRIÇÃO	31/12/2015			31/12/2014		
	ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL						
Caixa Econômica Federal - CAIXA (d)	173.892	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000
Total em Moeda Nacional	173.892	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000

CONSOLIDADO						
DESCRIÇÃO	31/12/2015			31/12/2014		
	ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS NÃO CIRCULANTE	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL						
Eletrobras (b)	-	2.329	3.882	-	2.329	6.211
Caixa Econômica Federal - CAIXA (d)	173.892	-	1.900.000	31.860	-	1.900.000
CDSA (c)	-	-	-	-	135	-
Eletra (a)	-	1.012	4.150	-	860	4.652
Total em Moeda Nacional	173.892	3.341	1.908.032	31.860	3.324	1.910.863

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- Refere-se a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT;
- Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8%

a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Coligada Celg D (Ver NE 9.1), no firmamento de contrato de mútuo com a Coligada Celg D (Ver NE 29) e em outras aplicações na Coligada Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 29);

e. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:

- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
- Aplicações Financeiras;
- Garantias prestadas pela União no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014;
- Contra garantias prestadas pelo Governo do Estado de Goiás no Contrato com a Caixa nº. 0412.113-76/2014, nos seguintes moldes: a) quotas dos quais é titular, referente aos artigos 157 e 159 da Constituição de República; e b) receitas próprias a que se refere o artigo 155 da Constituição da República.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONTROLADORA - 31/12/2015			CONTROLADORA - 31/12/2014		
INDEXADOR	CAIXA	Total	INDEXADOR	CAIXA	Total
SEM INDEXADOR	2.073.892	2.073.892	SEM INDEXADOR	1.931.860	1.931.860
Total	2.073.892	2.073.892	Total	1.931.860	1.931.860

CONSOLIDADO - 31/12/2015					CONSOLIDADO - 31/12/2014					
INDEXADOR	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total
IPCA	-	-	-	-	IPCA	135	-	-	-	135
SEM INDEXADOR	2.073.892	6.211	-	2.080.103	SEM INDEXADOR	-	1.931.860	8.540	-	1.940.400
INPC	-	-	5.162	5.162	INPC	-	-	-	5.512	5.512
Total	2.073.892	6.211	5.162	2.085.265	Total	135	1.931.860	8.540	5.512	1.946.047

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONTROLADORA - 31/12/2015			CONSOLIDADO - 31/12/2015				
Ano	Empréstimos bancários	Total	Ano	Empréstimos bancários	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2016	-	-	2016	-	1.012	2.329	3.341
2017	69.130	69.130	2017	69.130	1.072	2.329	72.531
2018	207.389	207.389	2018	207.389	1.137	1.553	210.079
2019	207.389	207.389	2019	207.389	1.205	-	208.594
2020	207.389	207.389	2020	207.389	736	-	208.125
2021	207.389	207.389	2021	207.389	-	-	207.389
2022	207.389	207.389	2022	207.389	-	-	207.389
2023	207.389	207.389	2023	207.389	-	-	207.389
2024	207.389	207.389	2024	207.389	-	-	207.389
2025	207.389	207.389	2025	207.389	-	-	207.389
2026	207.389	207.389	2026	207.389	-	-	207.389
2027	138.261	138.261	2027	138.261	-	-	138.261
Total	2.073.892	2.073.892	Total	2.073.892	5.162	6.211	2.085.265

NOTA 14 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	36	-
- Imobilizações em Curso	-	-	1.119	201
TOTAL	-	-	1.155	201
- Materiais e Serviços	22	1	562	145
TOTAL	22	1	1.717	346

NOTA 15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
				RECLASSIFICADO
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	42	1
INSS A PAGAR	31	20	489	337
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	592	318
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	68	28
PIS - CORRENTE	-	-	90	59
PIS - RETIDO NA FONTE	1	-	4	1
COFINS - CORRENTE	-	-	431	272
COFINS - RETIDO NA FONTE	1	-	17	5
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	-	-	-	932
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	7	4	21	17
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	-	-	410
FONTE	-	-	8	2
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	49	27
FGTS A PAGAR	3	1	208	144
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	158	101
TOTAL	43	25	2.177	2.654

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	2015	2014	2015	2014
				RECLASSIFICADO
Folha de Pagamento	47	-	2.277	1.428
TOTAL CIRCULANTE	47	-	2.277	1.428

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

NOTA 17 – ENCARGOS SETORIAIS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	11	11
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	130	23
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	50	54
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.883	254
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.899	1.582
TOTAL	4.973	1.924

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.a – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	31/12/2015					31/12/2014			
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão	Depósitos Judiciais	
	Baixa	REF.	Provisão		Acumulada	Baixa	Provisão		Acumulada
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	-	B.1	-	-	18	-	-	-	-
Total Trabalhistas	-		-	-	18	-	-	-	-
Cíveis									
Outros valores contingenciados	-	B.2	-	-	-	(193)	-	-	-
Total Cíveis	-		-	-	-	(193)	-	-	-
Total Trabalhistas + Cíveis	-		-	-	18	(193)	-	-	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		-	-	18	(193)	-	-	-

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2015					31/12/2014			
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão	Depósitos		No Exercício		Provisão	Depósitos
	Baixa	REF.				Baixa	Provisão		
NÃO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	(304)	B.1	-	1.481	982	-	1.373	1.785	264
Total Trabalhistas	(304)		-	1.481	982	-	1.373	1.785	264
Cíveis									
Outros valores contingenciados	-	B.2	-	-	-	(193)	-	-	-
Total Cíveis	-		-	-	-	(193)	-	-	-
Total Trabalhistas + Cíveis	(304)		-	1.481	982	(193)	1.373	1.785	264
TOTAL - NAO CIRCULANTE	(304)		-	1.481	982	(193)	1.373	1.785	264

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 1.481 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

18.b – PROVISÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO (VER NOTA 30 – PLANO DE APOSENTADORIA):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	485	-	485	-
TOTAL	485	-	485	-

NOTA 19 – OUTROS CREDORES E OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				#	CONSOLIDADO			
	31/12/2015		31/12/2014			31/12/2015		31/12/2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
									RECLASSIFICADO
Caixa Econômica Federal (a)	1.720	-	1.720	1.720		1.720	-	1.720	1.720
Folha de Pagamento - Inclui Plano de Demissão Voluntária (PDV)	-	-	-	-		532	-	1.323	455
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	4	-	-	-		151	-	95	-
Empréstimos Consignados	3	-	-	-		370	-	229	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	-	-		567	-	387	-
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	-	-		6	-	7.001	-
Tributos Diferidos	-	-	-	-		-	261	-	3.050
Outros	2	-	-	-		86	-	51	-
TOTAL	1.729	-	1.720	1.720		3.432	261	10.806	5.225

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e coligada.

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2015	NO EXERCÍCIO	31/12/2014
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(3.691.605)	-	(3.691.605)
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	(618.164)	(618.164)	-
Total do Patrimônio Líquido	(3.336.005)	(618.164)	(2.717.841)
Outros Resultados Abrangentes	(11.552)	(2.121)	(9.431)
Total do Patrimônio Líquido	(3.347.557)	(620.285)	(2.727.272)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Coligada Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Coligada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D,

que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2015 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT e Coligada Celg D.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Coligada Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.067 mil; e 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 485 mil (Ver Nota 30).

NOTA 21 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
		RECLASSIFICADO
Suprimento (21.1)	9.790	13.123
Receita de Construção (21.2) (21.3)	12.514	13.404
Outras Receitas (21.3)	46.498	32.881
(-) Deduções da Receita (21.4)	(18.273)	(8.564)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	50.529	50.844

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento	9.790	13.123
TOTAL GERAL	9.790	13.123

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 12.514 mil e R\$ 13.404 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

21.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de Operação e Manutenção (a)	46.498	32.881
Serviços de Construção	12.514	13.404
TOTAL	59.012	46.285

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

21.3.2 – Outras Receitas Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ÁGIO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - 51% DAS AÇÕES DA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	-	22.844	-	22.844
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGPAR - CAIXA	1.720	1.720	1.720	1.720
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	144	781
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.720	24.564	1.864	25.345

21.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014
		RECLASSIFICADO
PIS	929	759
COFINS	4.277	3.497
Quota para reserva global de reversão	916	273
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	132	162
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	302	296
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	304	285
Conta de desenvolvimento energético	9.460	1.201
Outros encargos - PROINFA	1.953	2.091
TOTAL	18.273	8.564

NOTA 22 – CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS			
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e Administradores	1.411	1.061	1.411	1.061
Serviços de Terceiros	403	516	403	516
Depreciação/Amortização	2	3	2	3
Provisão/Reversão para Contingências	-	(40)	-	(40)
Tributos	85	81	85	81
Recuperação de Custos/Despesas	(7)	-	(7)	-
Outras	132	97	132	97
TOTAL	2.026	1.718	2.026	1.718

			CONSOLIDADO			
COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS			
DESPESAS OPERACIONAIS	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
NATUREZA DE GASTOS	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		RECLASSIFICADO		RECLASSIFICADO		RECLASSIFICADO
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	4.212	-	-	-	4.212
Pessoal e Administradores	14.920	12.628	16.455	12.648	31.375	25.276
Material	233	405	322	155	555	560
Serviços de Terceiros	3.710	4.923	3.516	2.688	7.226	7.611
Depreciação/Amortização	3.274	3.444	13	22	3.287	3.466
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	21	(23)	-	-	21	(23)
Provisão/Reversão para Contingências	280	338	(206)	995	74	1.333
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	3.660	-	-	-	3.660	-
Tributos	43	108	988	90	1.031	198
Recuperação de Custos/Despesas	(70)	(91)	(15)	(37)	(85)	(128)
Custos de Construção	12.514	13.404	-	-	12.514	13.404
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	398	388	-	-	398	388
Outras	424	412	1.126	877	1.550	1.289
TOTAL	39.407	40.148	22.199	17.438	61.606	57.586

As outras despesas operacionais, especificadas na Demonstração do Resultado, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

DESCRIÇÃO - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - COLIGADA CELG D	499.713	569.539	499.713	569.539
BAIXA DE ATIVO IMOBILIZADO	3	-	3	-
TOTAL - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	499.716	569.539	499.716	569.539

NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Coligada, em 31 de dezembro de 2015, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto por atividade:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados (Ver Nota Explicativa 8), a Administração da Controladora optou por avançar com estas definições ao longo do exercício de 2015, no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição deverá avançar para o exercício de 2016, em função de que os resultados da avaliação ainda serão homologados pela Aneel, mediante a fiscalização dos trabalhos executados;
- 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Coligada Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e

instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento.

NOTA 24 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Coligada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2015, foram R\$34 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$34 mil e R\$4 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Coligada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	432	240	408	1.080
Salário ou pró-labore	432	240	408	1.080
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	432	240	408	1.080

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	34
Valor da menor remuneração individual	4	4	34
Valor médio da remuneração individual	4	4	34

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014	01/01/2015 - 31/12/2015	01/01/2014 - 31/12/2014
Receitas				RECLASSIFICADO
Variações Monetárias	-	-	10.353	4.620
Rendas	7.656	1.625	25.159	10.171
Outras	1	-	428	2.680
Total das Receitas	7.657	1.625	35.940	17.471
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(789)	(3.294)
Encargos de Dívidas	(142.032)	(31.895)	(142.724)	(40.525)
Outras - inclui IOF	(1)	(33.562)	(294)	(34.474)
Total das Despesas	(142.033)	(65.457)	(143.807)	(78.293)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(134.376)	(63.832)	(107.867)	(60.822)

NOTA 27 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(618.164)	(613.052)
Total	(618.164)	(613.052)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(18,861)	(18,705)

NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R3 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R3 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R1 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, sua Controlada e Coligada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Coligada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 *Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Coligada está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 *Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 *Risco de crédito:*

O risco de crédito surge da possibilidade de a Coligada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Coligada analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Coligada. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, já refletido no incremento do montante de energia comprada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pela Coligada (Ver Nota 9.2.g) ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:

Em 29 de junho de 2006, através de Medida Provisória nº. 303, o Governo Federal anunciou um novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III ou Parcelamento Excepcional – PAEX. A Subsidiária possui valores inseridos no PAEX, e a eventual exclusão desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Coligada entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Coligada Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (1)	117.080	109.537	117.080	109.537
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	112.818	112.818	-	-
TOTAL:	229.898	222.355	117.080	109.537

(1) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(2) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa.

NOTA 30 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem

contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA	
	31/12/2015	31/12/2014
Participantes Ativos	2	1
Idade Média (anos)	52,00	73,50
Salário Médio (R\$)	5.122,81	3.196,68
Aposentados Válidos	1	-
Idade Média (anos)	57,00	-
Benefício Médio (R\$)	5.719,93	-
Aposentados Inválidos	-	-
Idade Média (anos)	-	-
Benefício Médio (R\$)	-	-
Pensionistas (número de beneficiários)	-	-
Idade Média (anos)	-	-
Benefício Médio (R\$)	-	-

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 40 mil.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para

Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2014, a qual foi oriunda, fundamentalmente, da concessão de benefício programado, na modalidade de Benefício Definido, uma vez que no período de acumulação, a formação de reserva desse benefício decorre da acumulação de saldos de conta (Fundo Individual e Patrocinadora). Desta forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 485 mil, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Coligada Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Coligada pela Eletrobras avançaram nos exercícios de 2012, 2013 e por todo o exercício de 2014, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória n.º. 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Coligada Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi convertida na Lei n.º. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto n.º. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei n.º. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei n.º. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei n.º. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30

anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições a serem pré-estabelecidas pelo poder concedente, condições estas que, pelo contrato de concessão, deveriam ser obrigatoriamente apresentadas à Concessionária até o dia 7 de janeiro de 2014. A Aneel, por intermédio do Ofício Circular nº. 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informou, dentro de sua competência regulatória, que realizaria a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou rejeição dos pedidos efetuados pelas Concessionárias.

O Decreto nº. 8.461, de 2 de junho de 2015, regulamentou a prorrogação das Concessões de Distribuição de Energia Elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº. 12.783/2013 por trinta anos. A prorrogação terá o objetivo de atender os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação dos serviços para os usuários, sendo os critérios a serem alcançados os seguintes:

- Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, e eficiência com relação à gestão econômico-financeira, racionalidade operacional e econômica e modicidade tarifária. Tais critérios deverão ser alcançados por meio de métricas de melhoria contínua estabelecidas pelo Poder Concedente, a serem detalhados pelos Contratos de Concessão a serem assinados pelas distribuidoras.

- Os respectivos critérios têm um horizonte de cumprimento máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir do ano civil subsequente à data da celebração do contrato. No caso de descumprimento de qualquer uma das metas anuais estabelecidas por dois anos consecutivos, ou quaisquer das metas ao final do período de cinco anos, será iniciado o processo de extinção da concessão, porém, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção.

A Aneel colocou em Audiência Pública (AP nº. 038/2015), em duas fases, as minutas dos contratos de concessão. Paralelamente, a Administração da Coligada Celg D efetuou a análise necessária das condições de prorrogação, enviando ao Poder Concedente as contribuições para o aperfeiçoamento da respectiva minuta contratual. Após a decisão do Ministério de Minas e Energia pela prorrogação da concessão, a Coligada teria o prazo de 30 (trinta) dias para celebrar o termo aditivo, contado da data de convocação para efetuá-lo. Em 21 de outubro de 2015, a Aneel deliberou sobre o resultado da Audiência Pública, com a recomendação, ao Poder Concedente (Ministério de Minas e Energia), de prorrogar 40 (quarenta) concessões de Distribuição de Energia Elétrica, dentre elas a concessão da Coligada Celg D. Neste sentido, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 63/2000 – ANEEL, de 25 de agosto de 2000, prorrogando a Concessão até 7 de julho de 2045.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais encontram-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em grau de recurso pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT.

d. Conciliação entre o Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS				RECLASSIFICADO
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(618.164)	(613.052)	(618.164)	(613.052)
MAIS	641.750	572.040	663.645	600.287
Depreciação	2	3	3.287	3.465
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	499.713	569.539	499.713	569.539
Perda de Equivalência Patrimonial	-	2.498	-	-
Custo da Construção	-	-	12.514	13.404
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	21	-
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	142.032	-	143.507	12.170
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	3	-	3.750	1.664
Perdas em Participações Societárias	-	-	42	45
Provisão de Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	811	-
MENOS	(23.890)	(193)	(49.083)	(28.980)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(16.234)	-	(45)	(1.331)
Receita da Construção	-	-	(12.514)	(13.404)
Reversão da Provisão para Contingências	-	(193)	-	(193)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(7.656)	-	(33.499)	(13.970)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(23)
Ganhos em Participações Societárias	-	-	(16)	(59)
Diferimento de Tributos	-	-	(75)	-
Diferimento de Tributos sobre o Lucro	-	-	(2.934)	-
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(1.530)	3.662	13.107	17.374
Contas a receber	-	-	(2.608)	(1.890)
Créditos fiscais	-	-	(2.698)	(1.109)
Outros devedores	59.454	20	58.670	1.474
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	(56.500)	37.745	(56.500)	37.745
Estoques	-	-	704	11
Despesas pagas antecipadamente	-	-	2	(1)
Fornecedores	21	(19)	421	(197)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	-	274	90
Tributos e contribuições sociais	18	(14)	4.086	851
Obrigações estimadas	47	-	47	-
Encargos Setoriais	-	-	3.049	376
Variações Passivas - Transação com partes relacionadas	-	(661)	-	(661)
Outros créditos	(18)	-	(18)	-
Outros credores	(1.717)	(1.720)	(9.014)	5.194
Receitas financeiras recebidas	-	-	12.635	4.871
Despesas financeiras pagas	-	(35.653)	(839)	(36.548)
Tributos sobre o lucro	-	-	(5.564)	(3.444)
Outras variações ativas e passivas	(2.841)	3.964	(2.841)	3.964
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	13.185	6.648
Tributos Diferidos - Passivo	-	-	116	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.834)	(37.543)	9.505	(24.371)

e. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 dezembro de 2015, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido autorizada a emissão das Demonstrações Financeiras em 23 de março de 2016. Além disto, estas Demonstrações Financeiras foram apreciadas em Reuniões dos Conselhos Fiscal e de Administração da Celgpar, realizadas em 28 de março de 2016.

f. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2015 o montante de R\$ 1.422.416 mil (Ver NE 12);
- b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13);
- d) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, no sentido de se criar condições para o estabelecimento de um fluxo de dividendos desta Coligada, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Coligada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13);
- e) Promover o monitoramento e acompanhamento das ações a serem implementadas pela atual Controladora da Celg D, tendo em vista a inclusão desta Coligada no Plano Nacional de Desestatização – PND, ocorrido no dia 5 de maio de 2015. Neste sentido, o Poder Executivo do Estado de Goiás, por meio da Lei Estadual nº 18.956, de 16 de julho de

2015, foi autorizado a alienar, na sua totalidade ou no percentual que achar conveniente, as ações integralizadas do capital social da Coligada Celg D, controladas pelo Estado de Goiás por meio da Celgpar e pelo Governo Federal por meio da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

g. Registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações de Emissão da Companhia Celg de Participações - Celgpar

Em 3 de julho de 2015, a Celgpar, por solicitação do Governo do Estado de Goiás, seu acionista controlador, divulgou e comunicou Fato Relevante através do qual informou que procedeu o registro de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Celgpar – OPA, que visa a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação, ou seja, 74.389 (setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) ações, representativas de 0,2270% (dois mil, duzentos e setenta décimos de milésimos por cento) do capital social da Celgpar, com vistas ao posterior cancelamento do registro de Companhia Aberta da Celgpar. Este processo encontra-se em andamento, em obediência aos prazos legais estipulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e legislação societária.

h. Repactuação de dívida da Coligada Celg D com Itaipu

A Medida Provisória nº. 677/2015, que dispõe sobre contratos de concessão do setor elétrico, já convertida em Lei, permite às empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND a partir de 2015, repactuar dívidas em moeda estrangeira no prazo de 120 (cento e vinte) meses, considerando os períodos de carência e amortização. Caso a repactuação da dívida da Coligada Celg D, referente ao repasse de Itaipu, tivesse ocorrido no exercício social de 2015, nos termos do Despacho ANEEL nº. 310/2016, e com base na Lei nº. 13.182/2015, a Coligada não teria registrado em seu resultado a despesa com variação cambial da ordem de R\$ 418 milhões e, conseqüentemente, o seu Passivo seria reduzido em igual valor.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Alladio Teixeira Alvares Neto, Ademir Ismerim Medina, Wagner Alves Vilela Junior, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Ana Carla Abrão Costa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, José Sóter Arantes de Faria, Luiz Eduardo dos Santos Monteiro.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91